CLASSIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO "O FORJANENSE"

(Aprovada na reunião plenária de 31.MAIO.2001)

1 - O Instituto da Comunicação Social solicitou à Autoridade para a Comunicação Social (AACS), 16 de Março de 2001, ao abrigo do disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto (Lei da AACS), a classificação da publicação periódica "O Forjanense".

Em anexo a este ofício são remetidas cópias dos seguintes documentos:

- 1.1 Declaração da Direcção da publicação de que esta é posta à venda no distrito de Braga e nas instalações da Instutição em Forjões, e é remetido por assinatura para todo o território nacional, e ainda para os seguintes países: França, Espanha, Suécia, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Luxemburgo, (Deutsland), África do Sul, Angola, Argentina, Austrália, Brasil, Cabo Verde, Canadá, Guiné Bissau, Mocambique, Suíça, e USA
- 1.2 Acompanham ainda o mesmo oficio um exemplar das edições nºs 144, 145 e 146 datadas respectivamente de Setembro, de Julho/Agosto e de Junho de 2000.
- O n.º 145 insere, na primeira página o Estatuto Editorial de acordo com o estipulado na Lei de Imprensa, onde entre outros, "O Forjanense" assume o compromisso de "respeitar os princípios deontológicos da imprensa e a ética profissional, de modo a não poder prosseguir apenas fins comerciais, nem abusar da boa fé dos seus leitores, encobrindo ou deturpando a informação".
- 2 Informa o periódico que se edita mensalmente e, de acordo com o nº 1 do artigo 11º Lei de Imprensa (Lei nº 2/99, de 13 de Janeiro), são periódicas "as publicações editadas em série contínua sem limite definido de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos determinados de tempo", pelo que é uma publicação periódica.
- 3 Ainda a Lei de Imprensa considera publicações portuguesas "as editadas em qualquer parte do território português (...), sob marca e responsabilidade de editor português" (...), (artigo 12°). Face à declaração mencionada em 1.1., o "O Forjanense" é uma publicação portuguesa.
- 4 Relativamente ao seu conteúdo, o artigo 13º da mesma Lei, classifica as publicações como doutrinárias ou informativas.

Explicita o nº 1 do referido artigo que as publicações doutrinárias são que, pelo seu conteúdo ou perspectiva de abordagem, predominantemente divulgar qualquer ideologia ou credo religioso".

Acrescenta o nº 2 deste artigo que são informativas "as que visem predominantemente a difusão de informação ou notícias".

Refere ainda o nº 3 do mesmo artigo que são de informação geral as publicações "que tenham por objecto predominante a divulgação de noticias ou informações de carácter não especializado" e o nº 4 que são de informação especializada "as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente cientifica, literária, artística ou desportiva.

A partir dos exemplares disponibilizados pelo ICS a esta Alta Autoridade, pode verificar-se que, pela diversidade e tipos de assuntos tratados em artigos, reportagens e entrevistas, a publicação periódica "O Forjanense" apresenta características de informação geral.

5 - Quanto à expansão, o artigo 14º da Lei de Imprensa define como publicações de âmbito nacional "as que, tratando predominantemente temas de interesse nacional ou internacional, se destinem a ser postas à venda na generalidade do território nacional" (nº 1), publicações de âmbito regional "as que, pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais" (nº 2) e publicações destinadas às comunidades portuguesas no estrangeiro, "as que, sendo portuguesas nos termos do artigo 12°, se ocupem predominantemente de assuntos a elas respeitantes" (n°3).

Dado o tipo de informação que divulga e o âmbito da sua difusão, considera-se que o "O Forjanense" é <u>uma publicação de âmbito regional.</u>

6 - Assim, de acordo com o disposto na alínea o) do artigo 4º da Lei nº 43/98, de 6 de Agosto, e ao abrigo das citadas disposições conjugadas da Lei de Imprensa, a Alta Autoridade para a Comunicação Social delibera classificar o "O Forjanense" como publicação periódica, portuguesa, de informação geral e âmbito regional.

Esta classificação foi aprovada por unanimidade com votos a favor de Fátima Resende (relatora), Artur Portela (Presidente em exercício), Sebastião Lima Rego, Amândio de Oliveira, Joel Frederico da Silveira, Jorge Pegado Liz, Carlos Veiga Pereira e José Manuel Mendes.

Alta Autoridade para a Comunicação Social, em 31 de Maio de 2001

O Presidente em Exercício,

(Artur Portela)

FR-IV/CC